

## MINICURSO POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA POPULAÇÃO NEGRA NA EPT: COMPREENDER PARA ATUAR

### *MINI-COURSE ON AFFIRMATIVE ACTION POLICIES FOR THE BLACK POPULATION IN VOCATIONAL EDUCATION: UNDERSTANDING IN ORDER TO ACT*

<sup>1</sup>Marciana Liberata da Silva  
<sup>2</sup>Rodrigo Alves dos Santos \*

<sup>1</sup>Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Divinópolis – [marciana@cefetmg.br](mailto:marciana@cefetmg.br).  
<sup>2</sup>Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Divinópolis) – [rodrigo.alves@cefetmg.br](mailto:rodrigo.alves@cefetmg.br).

\*Autor de correspondência

Artigo aceito em 26/05/2024 e publicado em 06/03/2025.

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo apresentar a criação, a implementação e as reflexões geradas a partir da execução de um produto educacional sob a forma de um minicurso intitulado *Políticas Públicas de Ação Afirmativa para População Negra na EPT: Compreender para Atuar*. Trata-se de um curso de formação continuada construído a partir de dados coletados junto a Técnicos Administrativos atuantes em uma das unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais localizada no interior dessa unidade da federação. Nesse contexto, buscou-se compreender, a partir de uma pesquisa qualitativa exploratória, qual era o nível de conhecimento que Técnicos Administrativos de diferentes setores de uma escola da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuíam da legislação que regula os novos parâmetros escolares das relações étnico-raciais e Ações Afirmativas voltados para as pessoas negras na Educação Profissional e Tecnológica para, com os dados coletados, implementar um curso de formação continuada de curta duração voltado para esse público-alvo, relacionado à temática em questão. Com o detalhamento do processo de construção, de implementação e de avaliação do minicurso como o Produto Educacional e as consequentes reflexões de que trataram este artigo, o presente trabalho contribui, com dados e constatações, para mostrar a potência que existe na proposta de estimular, por meio da formação continuada de qualidade, que as atuações e intervenções dos Técnicos Administrativos em Educação das escolas de Educação Profissional e Tecnológica tenham protagonismo no projeto de construção de uma sociedade brasileira mais justa, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Minicurso; Relações étnico-raciais; formação continuada; técnicos administrativos; Educação profissional e tecnológica.

**Abstract:** This text aims to present the creation, implementation and reflections generated from the execution of an educational product in the form of a mini-course entitled *Affirmative Action Public Policies for the Black Population in EFA: Understanding to Act*. It is a continuing education course based on data collected from Administrative Technicians working in one of the units of the Federal Center for Technological Education of Minas Gerais located in the interior of that state. In this context, we sought to understand, through exploratory qualitative

research, the level of knowledge that Administrative Technicians from different sectors of a school in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education had of the legislation that regulates the new school parameters of ethnic-racial relations and Affirmative Actions aimed at black people in Professional and Technological Education in order, with the data collected, to implement a short continuing education course aimed at this target audience, related to the theme in question. By detailing the process of building, implementing and evaluating the mini-course as an Educational Product and the consequent reflections dealt with in this article, this paper contributes with data and findings to show the power that exists in the proposal to stimulate, through quality continuing education, the actions and interventions of Administrative Technicians in Education at Vocational and Technological Education schools to play a leading role in the project to build a more just, democratic and inclusive Brazilian society.

Keywords: Minicourse; Ethnic-racial relations; Continuing education; Administrative technicians; Vocational and technological education.

## 1 INTRODUÇÃO

Gomes (2012, p. 99), ao refletir sobre a necessidade de uma descolonização das práticas e ações demandadas pela incorporação das políticas de ação afirmativa e desenhos contemporâneos de valorização positiva da diferença exigidos nas relações étnico-raciais, nos adverte de que

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidades, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. (GOMES, 2012, p. 99)

Constatações como as dessa reputada estudiosa nacional sobre as relações étnico-raciais nos levaram a problematizar qual o nível de formação/conhecimento dos profissionais técnicos administrativos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para lidar com os novos contextos e com as potenciais necessidades do público-alvo das políticas públicas e ações afirmativas voltadas para pessoas negras, tendo em vista serem esses profissionais os responsáveis pela implementação de um conjunto de protocolos, abordagens, aproximações, atendimentos e encaminhamentos dentro dos espaços formais de escolarização da EPT.

Ante esse questionamento, empreendemos uma pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2021 e 2022, com técnicos administrativos do campus Divinópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, no âmbito de uma investigação com vistas a integralizar a formação em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. A escolha desse *lôcus* de pesquisa se deveu aos altos índices alcançados por essa escola de EPT nos indicadores de avaliação da educação básica do país e do mundo que a alçam a patamares como os alcançados por países como Finlândia. Por estarmos, à época da coleta de dados, ainda em regime de distanciamento social e Estudos Remotos Emergências por consequência dos efeitos da COVID-19, essa pesquisa de campo aplicou um questionário *on-line* a 28 (vinte e oito) técnicos administrativos, obtendo um retorno de pouco de menos de 50% desses sujeitos.

Essa investigação exploratória e de abordagem predominantemente qualitativa (GIL, 2008), mostrou-se, quando da construção da proposta de estudo por nós realizada, academicamente necessária, tendo em vista, por exemplo, que os retornos obtidos a partir dos

descritores “educação das relações étnico-raciais” e “lei 10.639” indicavam existir, em dezembro de 2019, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 127 trabalhos defendidos no recorte de cinco anos anteriores, entre os quais apenas 6 tomavam como objeto de estudo e reflexão formas de capacitação referentes à educação das relações étnico-raciais em espaços escolares. Desses 6 trabalhos, nenhum se focava os sujeitos de pesquisa por nós inquiridos – os técnicos administrativos – e sim, em sua unanimidade, para a capacitação de professores, quando muito incluindo, nesse grupo de docentes, os pedagogos. A essa demanda acadêmica, somava-se, ainda, o relevante fato de que ainda naquele ano de 2019, a população negra brasileira assumia, marcadamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho.

Como já destacado por nós em publicação anterior (DOS SANTOS, DA SILVA, GIAROLA, 2023), as respostas obtidas com os dados retornados e analisados nessa pesquisa de campo indicaram que, apesar do alto grau de formação técnico-profissional e acadêmica dos respondentes, ainda era consideravelmente baixo o seu nível de conhecimento acerca dos parâmetros legais e institucionais que regulavam as políticas escolares de ação afirmativa voltadas à população negra. Nestes termos, a investigação permitiu, como mostrado e discutido no momento oportuno, constatar que muitos dos técnicos administrativos em educação da instituição pesquisada sentiam dificuldade na compreensão do que seriam as ações afirmativas, a valorização e a consolidação das relações étnico-raciais. Do mesmo modo, os resultados apontaram que, ainda que demonstrassem saber da existência de certas legislações contemporâneas acerca da inserção e valorização da população negra na educação formal, os sujeitos de pesquisa não se sentiam seguros para afirmar que as conheciam e, principalmente, não conseguiam vislumbrar, de forma clara, a materialização dessas políticas nos documentos norteadores da instituição e nos seus protocolos de intervenção profissional (DOS SANTOS, DA SILVA, GIAROLA, 2023).

Tais resultados sinalizaram, portanto, para a existência de uma demanda de formação continuada para os técnicos administrativos atuantes em escolas de EPT como aquela em que realizamos a nossa pesquisa de campo, no que se referia ao nosso tema de estudo. Isso ganharia contornos ainda mais relevantes, se considerada a importância de implementar, nos mais diversos setores daquela instituição de EPT, processos de atualização das práticas de intervenção desses profissionais da educação que, no âmbito das escolas técnicas de todo o país, são em número significativo, se constituindo como agentes relevantes nos processos de alteração das formas como a pessoa negra veio sendo negligenciada nos contextos formais de educação.

Assim surgiu, portanto, a demanda por desenhar e implementar o produto educacional de que tratamos no presente texto, um minicurso voltado para os técnicos administrativos atuantes em escolas de EPT, denominado *Políticas Públicas de Ação Afirmativa para População Negra na EPT: Compreender para Atuar*.

## **2 SOBRE A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA NEGRA**

[...] a educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos [...] empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar [...]. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições de diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos. (SILVA, 2007, p. 49).

Com uma administração voltada para um planejamento estratégico, a qual Chiavenato (2003) descreve como a forma com que as organizações utilizam uma estratégia para atingir os objetivos institucionais, espera-se uma gestão de pessoas estratégica, com um programa de capacitação continuado, voltado para as necessidades da organização. De acordo com o autor, “[...] o pensamento estratégico está se tornando indispensável para o sucesso organizacional” (CHIAVENATO, 2003, p. 37), passando a ter características de continuidade e flexibilidade, tornando-se adaptável.

Desde 2009, ao ser publicado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais que atribui responsabilidades, competências e também resgata o arcabouço legal que embasa a educação das relações étnico-raciais, foram estabelecidas exigências dentre as atribuições do Governo Federal, como a elaboração de um planejamento para a qualificação da abordagem dessa temática. De acordo com Dourado (2007, p. 924), é necessária uma interface direta no que se compreende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola, exigindo que seus gestores avaliem qual a sua finalidade, assim como as prioridades institucionais. Para o autor,

[...] a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas voltados à gestão educacional devem se orientar por uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e os projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada. (DOURADO, 2007, p. 924).

Chiavenato (2014), ao refletir sobre o diferencial das organizações bem-sucedidas, apresenta constatações que se alinham com as demandas atuais do perfil dos profissionais da educação que compõem o corpo técnico administrativo escolar. Para esse autor, o principal patrimônio das organizações são as pessoas, desde o mais elementar funcionário até seu principal executivo. O autor chama atenção e cita que esse patrimônio é um diferencial presente nas empresas bem-sucedidas.

[...] Em um mundo mutável e competitivo, em uma economia globalizada e sem fronteiras, as organizações precisam se preparar continuamente para os desafios da inovação e da competitividade. Para serem bem-sucedidas, as organizações precisam de pessoas talentosas, espertas, ágeis, empreendedoras e dispostas a assumir riscos. São elas que fazem as coisas acontecerem, conduzem os negócios, elaboram produtos e prestam serviços de maneira excepcional. Para conseguir isso é vital o intenso treinamento e a preparação das pessoas. (CHIAVENATO, 2014, p. 309).

O Decreto 5.707/06, ao considerar a capacitação como um processo permanente e deliberado de aprendizagem para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, também coloca foco na capacitação, na melhoria da eficiência e da eficácia do serviço público. (AMARAL. 2006. p. 554).

Nesse sentido, é necessário distinguir o conceito de treinamento de pessoas do conceito de desenvolvimento de pessoas. Chiavenato (2014) afirma que, treinamento de pessoas está ligado ao presente, ao cargo atual; busca-se aperfeiçoar as habilidades e competências necessárias ao melhor desempenho do cargo que atualmente um funcionário ocupa. Em relação ao desenvolvimento de pessoas, objetiva a conquista de novas funções que serão ocupadas no futuro e, conseqüentemente, as habilidades e competências que serão requeridas. Estes processos de aprendizagem para Chiavenato (2014) se associam,

[...] pelo treinamento – pelo desenvolvimento de pessoas –, cada pessoa pode assimilar informações, aprender habilidades, desenvolver atitudes e comportamentos diferentes, desenvolver conceitos abstratos e, sobretudo, construir competências individuais. (CHIAVENATO, 2014, p. 311).

Conforme Ferreira (2012, p. 42), “[...] o primeiro passo para a implementação de um programa de treinamento é o diagnóstico das necessidades da capacitação e o que se quer desenvolver nos servidores”. Essa tarefa, para o autor, pode evitar cursos que não estão alinhados aos interesses institucionais.

Ao se pensar em capacitação para os técnicos administrativos em uma educação das relações étnico-raciais, podemos considerar que estamos seguindo com uma gestão estratégica, cumprindo as condições institucionais para o desenvolvimento de ações ligadas à educação étnico-racial conforme o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais, que definiu objetivos específicos a serem alcançados, sendo seis eixos estratégicos fundamentais: o fortalecimento do marco legal; política de formação para gestores(as) e profissionais de educação; política de material didático e paradidático; gestão democrática e mecanismos de participação social; avaliação e monitoramento; condições institucionais.

Cardoso et al. (2001) relacionam as transformações no ambiente organizacional ao emprego dos conhecimentos obtidos nos processos de capacitação. De acordo com os autores, é necessário criar uma cultura de aprendizado contínuo, e “[...] quanto mais aderente às necessidades forem às ações de capacitação, maior será o seu retorno” (CARDOSO et al., 2001, p. 2). Nessa direção, mostra-se importante identificar as necessidades de competência de uma organização e a disponibilidade delas nas pessoas. Cardoso et al. (2001) reforçam, assim, a necessidade de um mapeamento de conhecimentos existentes na instituição e da identificação de quais unidades de conhecimento são necessárias para a realização das diversas funções. Outro ponto ressaltado pelos autores é que a atuação ou o desempenho de um funcionário pode estar associada(o) a um desnivelamento, indicando uma inexistência de conhecimento (fato que se associa à capacitação) e/ou sua subutilização (inerente à alocação de recursos humanos). Sendo que em ambos os casos se associam a problemas de gestão do conhecimento.

Tendo em vista as novas demandas do serviço público, o perfil dos estudantes que ingressam e as exigências legais que existem no cenário atual, é importante que a gestão do conhecimento esteja estabelecida, insistindo, assim, na relevância da formação continuada para alinhar a atividade do profissional em efetivo exercício com as demandas emergentes por causa das constantes mudanças contextuais. Schikmann (2010) associa uma capacitação continuada a uma gestão de competências, sendo que o objetivo da capacitação é o desenvolvimento de um quadro de pessoal com habilidades necessárias para se alcançar objetivos institucionais, garantindo a obtenção dos resultados e as metas estabelecidas no planejamento.

[...] a capacitação deve ser um processo contínuo, uma vez que à medida que a organização evolui, acompanhando as mudanças das demandas externas, surgem novas necessidades em termos de competências que devem ser supridas com o fornecimento de novos programas de capacitação (SCHIKMANN, 2010, p.23).

Nesse sentido, um grande entrave que a gestão pública da educação brasileira precisa superar diz respeito à restrição quase que unânime das políticas de capacitação das ações afirmativas e da educação das relações étnico-raciais para os professores e, no caso desses, especificamente voltadas para a preparação de aulas que contemplem aspectos pontuais da legislação sobre o tema. Se é consensual que é preciso assegurar uma educação democrática com qualidade social para todos e garantir o papel da escola como um espaço de operacionalização das políticas de inserção/valorização social da pessoa negra, a formação dos

técnicos administrativos na temática é muito importante para que esses agentes possam, de fato, atuar no processo de ressignificação da pessoa negra na sociedade brasileira.

Com isso, demonstra-se como é fundamental planejar e executar adequadamente as ações de capacitação e qualificação, principalmente relacionadas a ações afirmativas e relações étnico-raciais, pois, segundo Parecer CNE/CP nº 003/2004, “essas relações impõem aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2003, não paginado).

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

O Produto Educacional “Minicurso: *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar*” foi construído a partir dos pressupostos do que seria uma *intervenção educativa*, sob a forma de uma roda de conversa. Para Yves Lenoir (2011), a intervenção educativa pode ser entendida como

[...]o conjunto de atos e discursos singulares e complexos, finalizados, motivados e legitimados, mantidos por uma pessoa com mandato de interventor numa perspectiva de formação, de autoformação ou de ensino num contexto institucionalmente específico – neste caso a instituição escolar – com o fim de perseguir os objetivos educativos socialmente determinados. (LENOIR, 2011, p. 14-15).

Nestes termos, a *intervenção educativa* pode assumir diversos formatos ou desenhos organizacionais e didático-pedagógicos, podendo acionar uma ou mais *práticas educativas* (SANTOS, 2022) ou até mesmo hibridizá-las, caso a situação de intervenção assim exija. Tendo em vista a temática, o contexto de intervenção e os interesses formativos do público-alvo para o qual se voltou a pesquisa que deu origem a este texto, pareceu-nos produtivo que o produto educacional desenvolvido assumisse a forma de uma *roda de conversa*, espaço de formação definido por Moura e Lima (2014) como:

[...] um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam, escutam seus pares e a si mesmos pelo exercício reflexivo. (MOURA e LIMA, 2014, p. 28).

#### 3.1 DESENHO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

Para a situação aqui em causa, a intervenção educativa foi desenhada de acordo com os dados retornados e analisados pela pesquisa de campo e considerando o contexto da situação pandêmica da COVID-19 vigente desde o início do ano de 2020. Assim, o minicurso por nós desenvolvido como PE consistiu em uma capacitação voltada para os técnicos administrativos que foram sujeitos da pesquisa de campo, a qual tomou como temas as questões que mais suscitaram necessidade de formação na análise e sugestões fornecidas pelos respondentes. Tendo isso em consideração, e também o fato de se tratar de uma formação em serviço – ou seja, oferecida aos/às interessados/as como parte integrante do seu horário de trabalho –, a carga horária máxima proposta foi de 5 (horas), divididas em 2 (dois) encontros on-line realizados na Plataforma *Microsoft Teams*, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2022, começando às 14h e finalizando às 16h30min.

Nestes termos, elaborou-se um convite (Cf. Figura 1 e 2 abaixo), o qual foi enviado para todos os técnicos administrativos da instituição em que foi realizada a pesquisa de campo, contendo *link* para inscrição/participação e programação que seria executada na formação (Cf. Figura 3).

Figura 1 - Convite elaborado para o PE - *Minicurso Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra: compreender para atuar*



Fonte: Elaborado pelos autores. (2022)

Figura 2 – Continuação do Convite para Minicurso (PE) - Apresentação dos Expositores e Palestrantes

**Expositores e palestrantes**



**Mestranda Marciana Liberata da Silva**  
Programa de Pós-Graduação PROFEPT. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de São João Del Rei UFSJ, com Formação Docente em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Uberlândia, Formação em SER e o FAZER Técnico Administrativo nas Universidades Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Prof. Doutor Vandeir Robson da Silva Matias**  
Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Mestrado acadêmico em Educação tecnológica e da Educação básica, técnica e tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.



**Prof. Esp. Alisson Augusto Ferreira**  
Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana pela PUC-MG. Especialista em Ciências Políticas, Democracia e Direitos Humanos pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Membro do Movimento Negro de Divinópolis (MUNDI).



Fonte: Elaborado pelos autores. (2022)

Figura 3 - Programação do Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar*

**15 de fevereiro de 2022 – terça-feira**

**Local**  
Plataforma Teams

**Link**  
[Minicurso Políticas Públicas Ações Afirmativas 1º DIA](#)

**14h – 14h10** • Recepção dos participantes

**14h10 – 14h15** • Apresentação do Minicurso  
Mestranda Marciana Liberata da Silva

**14h15 – 14h55** • Palestra de Abertura  
*A população negra no Brasil*  
**Palestrante:** Prof. Doutor Vandeir Robson da Silva Matias

**14h55 – 15h40** • Marcos legais e institucionais que regulam as relações étnico-raciais na escola regular

Principais legislações e regulações que orientam a inserção e valorização da pessoa negra no Brasil (quais são, sua história, do que tratam).  
**Expositora:** Mestranda Marciana Liberata da Silva

Quais os documentos institucionais (PPP, PDI, Resoluções) que tratam de questões de inserção e valorização da pessoa negra na instituição e na unidade.  
**Expositora:** Mestranda Marciana Liberata da Silva





**15h40 – 16h30 • Políticas públicas educacionais voltadas para afirmação da pessoa negra**

Políticas de inserção e valorização da pessoa negra que são adotados e/ou executados pela instituição para toda a comunidade escolar.

Protocolos e Fluxos Institucionais para a condução de situações de intolerância, discriminação e/ou racismo em relação à pessoa negra.

Setores e Pessoas responsáveis pelas questões de inserção e valorização da pessoa negra na instituição e na unidade.

**Palestrante:** Mestranda Marciana Liberata da Silva



16 de fevereiro de 2022 – quarta-feira

**Local**

Plataforma Teams

**Link**

[Minicurso Políticas Públicas Ações Afirmativas 2º DIA](#)

**14h – 14h5** • Ambientação dos participantes

**14h5 – 15h** • O SER e o FAZER

Os técnicos administrativos como agentes de mudança rumo a uma instituição mais inclusiva e democrática: como se perceber racista e o que fazer em caso de presenciar um ato de intolerância, racismo e/ou discriminação.

**Expositores:** Prof. Esp. Alisson Augusto Ferreira  
Mestranda Marciana Liberata da Silva

**15h – 15h45** • Movimentos sociais e sua contribuição para a escola

Órgãos e projetos da cidade e região cujo conhecimento pode auxiliar na construção de uma escola mais inclusiva e democrática em relação à pessoa negra.

**Palestrante:** Prof. Esp. Alisson Augusto Ferreira

**15h45 – 16h15** • Ampliando os saberes

Indicação de bibliografia escrita, visual, digital e não digital que pode informar mais sobre o tema

**Exposição:** Mestranda Marciana Liberata da Silva

**16h15 – 16h30** • Encerramento e Avaliação do Minicurso

### 3.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Kaplún (2003), em suas importantes considerações sobre a elaboração de produtos educacionais, aponta que

[...] conhecer os debates em torno do tema e a opinião de autores sobre o assunto ajudará a compor o material educativo. É importante também conhecer os sujeitos a quem se destina o material para entender o que sabem, pensam, querem, imaginam e ignoram sobre o tema em questão e quais das suas necessidades poderiam ser respondidas pelo material. (KAPLÚN, 2003 apud LEITE, 2018, p.334).

Tendo isso em consideração, tomamos como ponto de partida para a elaboração do PE a investigação de que tratamos na introdução desse artigo, a qual utilizou de uma pesquisa bibliográfica e documental e de uma pesquisa de campo. Todo esse percurso permitiu, assim, contemplar os eixos temáticos conceitual, pedagógico e comunicacional mencionados por Kaplún (2003 apud LEITE, 2018, p.334) como importantes pontos de orientação para a construção do produto educacional.

Entendido por esse autor como eixo norteador das ideias centrais abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais geradores de experiências de aprendizado, o *eixo conceitual* do produto por nós desenvolvido considerou como fundamental o fato de o técnico administrativo que lida com demandas de inserção e valorização da pessoa negra desenvolver o entendimento de que suas intervenções profissionais devem se ancorar em uma consciência da *práxis*, isto é, relacionando teoria e prática. Tal compreensão tem como valores o desenvolvimento de uma formação humana ativa e inovadora, capaz de refletir sobre as práticas administrativas que gerem transformação no ambiente escolar.

Nesse sentido, como se viu na organização da programação apresentada acima, consideramos de fundamental importância, durante a formação continuada que oferecemos sob o formato de roda de conversa, apresentar alguns fundamentos históricos e socioculturais das condições em que povos africanos foram trazidos para o Brasil ainda colônia, bem como sobre os desdobramentos de todo esse contexto para o modo como a sociedade brasileira compreende os negros e suas culturas nos dias atuais, com as reverberações sobre as políticas públicas de educação de que tratamos neste trabalho.

Quanto ao *eixo pedagógico*, Kaplún (2003) diz que ele “[...] é o articulador principal de um material educativo”, que ele “expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, quais pessoas estamos convidando e onde se encontram essas pessoas antes de partirmos” (KAPLÚN, 2003 apud LEITE, 2018, p. 334). Nesse sentido, Kaplún (2003) sugere um itinerário pedagógico que contemple as concepções dos sujeitos; o confronto dessas ideias para mostrar suas possíveis causas; introdução, de modo gradual e acessível, de conceitos utilizados por teóricos da área; e também atividades que permitam a aplicação e a apropriação desses conceitos. Assim, ainda segundo o autor, por meio do itinerário pedagógico estabelecemos onde o destinatário está em relação ao eixo conceitual proposto com a intenção de construirmos uma nova percepção sobre o tema (KAPLÚN, 2003 apud LEITE, 2018, p. 334).

Tendo essa perspectiva em consideração, a pesquisa de campo e posterior análise dos dados coletados buscou não só conhecer os sujeitos a quem se destinaria o produto educacional por nós proposto, mas também identificar potenciais demandas temáticas e institucionais que pudessem nortear as opções didático-pedagógicas a serem adotadas na execução da formação continuada. Nessa direção, um elemento central para a construção do PE aqui apresentado foi o questionário aplicado ao público-alvo da formação continuada com o objetivo de coletar sugestões para a construção da proposta do produto educacional. Através desse procedimento, o PE ganhou os contornos apresentados no tópico anterior, sendo elaborado de forma que os técnicos administrativos pudessem obter as informações que respondessem a dúvidas e lacunas

verificadas no seu exercício profissional cotidiano, quando lidavam com a inserção e valorização da pessoa negra no seu ambiente de trabalho.

Ainda segundo Kaplún, tão importante quanto os eixos conceitual e pedagógico é o *eixo comunicacional*, que

[...] diz respeito ao formato, diagramação e linguagem empregada no material educativo. Esse eixo propõe que, pelo tipo de figura retórica ou poética sejam criados modos concretos de relação com os destinatários. (KAPLÚN,2003 apud LEITE, 2018, p.334).

Buscando contemplar esse eixo e tornar a formação por nós oferecida aos sujeitos de pesquisa mais rica e interativa, desenvolvemos um Material de Apoio (Disponível em: [https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt\\_BR&id=628](https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=628)), como parte do produto educacional, o qual visava facilitar o acesso a materiais referentes às ações afirmativas e suas legislações na educação, de modo a fornecer, para os técnicos administrativos, um material de fácil acesso e aplicado a seu exercício profissional contextualizado. Isso foi feito com base na compreensão de que, ao disponibilizar esse Material de Apoio, contribuiríamos de forma mais efetiva para melhorias nas práticas profissionais dos sujeitos, resultando em contribuições positivas para uma real valorização e inserção da pessoa negra na EPT. Com textos específicos e não extensos, mas com grande utilidade pedagógica, o Material de Apoio mescla os conceitos e imagens práticas, além de possuir o acervo da biblioteca da Instituição acerca das publicações dos (as) escritores negros (as), consistindo em um material digital disponível para consulta sempre que necessário. A FIG.4, apresentada abaixo, apresenta o sumário do material em causa:

Figura 4 – Sumário do Material de Apoio fornecido no Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar*



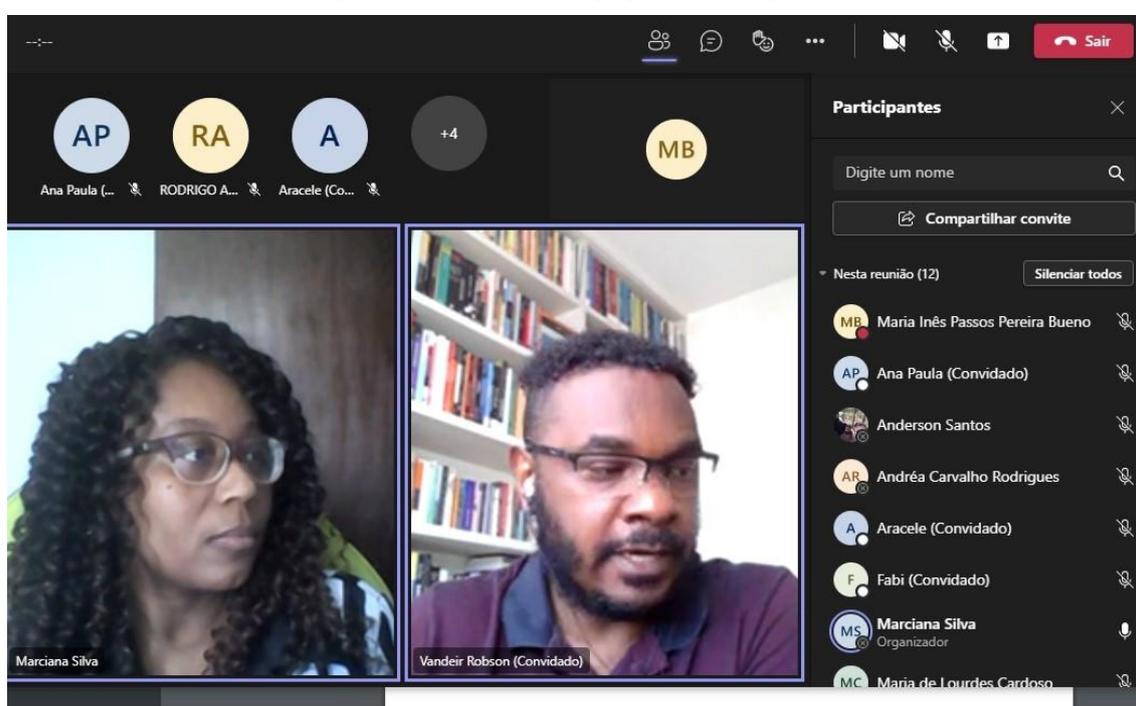
<i>Sumário</i>	
Apresentação.....	4
Repensar o Uso de Expressões Racistas.....	6
Ampliando Olhares Literatura, Audiovisual, Arte.....	7
Principais Legislações.....	13
CEFET/MG e Relações Étnico-Raciais.....	16
Aprofundando os Conhecimentos.....	26
Referências Bibliográficas.....	27

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já descrito acima, o Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar* aconteceu na plataforma Teams, no mês de fevereiro de 2022, nos dias 15 e 16, contando com a presença efetiva de 14 participantes.

Uma vez realizada a abertura da formação, passou-se à execução da programação já apresentada. Assim sendo, a formação foi realizada em dois blocos operacionalizados em dias distintos, contando com falas proferidas por convidados e também pela mestranda realizadora do trabalho. As figuras 5 e 6 registram momentos das falas proferidas por aqueles.

Figura 5 - Palestra "A população negra no Brasil"



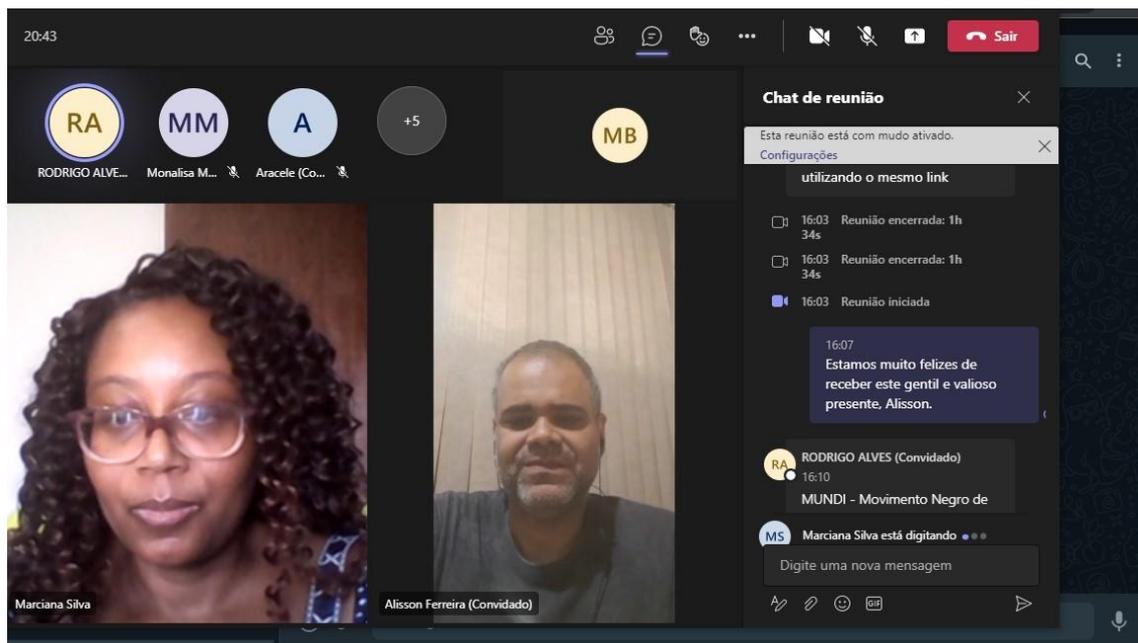
Fonte: Arquivo pessoal dos autores. (2022)

Tendo sido convidado para fazer parte da programação do minicurso por sua formação qualificada e por sua experiência de docência em EBTT em uma das unidades do CEFET-MG, o professor que fez a abertura do evento não só contemplou o tema proposto, como povoou a sua apresentação de relatos pessoais de vivências positivas e negativas (algumas de teor emocional) geradas por sua existência como pessoa preta no Brasil, indicando o quão importante é a disponibilização de uma formação como o minicurso em questão, para buscar mais efetividade na inserção e valorização da pessoa negra no contexto das escolas de EBTT.

Nesse caso, o professor foi convidado para palestrar no Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra: compreender para atuar* por sua longa trajetória nos movimentos sociais, sua qualificação e atuação nas escolas públicas. Esse expositor trouxe um relato emocionante da realidade dos alunos negros nas escolas municipais da cidade de Divinópolis e região em que atua, quais percepções e que tipos de acolhimento eram realizados para que esses alunos se sentissem incluídos e valorizados. Durante sua explanação, destacou que um dos passos que tomou como Diretor para que a escola se tornasse mais democrática foi a parceria com um movimento social da cidade de Divinópolis, contexto em que organizaram, entre outras ações, um curso para capacitar toda a comunidade escolar em relações étnico-

raciais. Também nos trouxe relatos de experiência de como é o ser e o fazer dos serviços administrativos de uma escola municipal que se deseja inclusiva, seno, nesse sentido, uma exposição que indicava caminhos e alternativas a serem adotados com alunos que chegam para as escolas de EPT, mostrando formas de abordagens, trabalhos de inclusão e a importância de uma formação continuada, além de apresentar opções para formação de parcerias com os movimentos sociais dos entornos escolares.

Figura 7 – Palestra “Movimentos sociais e sua contribuição para a escola”



Fonte: Arquivo pessoal dos autores. (2022)

Em ambos os dias de minicurso, a mestranda responsável pelo desenvolvimento do PE participou ativamente, tanto na condução dos debates que sucederam as falas, quanto na moderação das opiniões expostas nos *chats* pelos técnicos administrativos participantes. Ela conduziu, ainda, explicações e discussões sobre as legislações contemporâneas que regulam as relações étnico-raciais na EPT, fala fruto da pesquisa documental que foi parte da dissertação de mestrado que escreveu para o PROFEPT. Nesses momentos, foram arrolados e casos de situações de intolerância e/ou preconceito em ambientes escolares e não escolares de grande repercussão na mídia nacional, então usados para indicar como o conhecimento das leis se fazia fundamental ajudar a responder questões cotidianas. Esses “estudos de caso” também foram usados para demonstrar como um servidor público poderia enfrentar certas situações do tipo, exercendo sua função com ética, seguindo o princípio da impessoalidade, sem cair no vício de agir com base “sua mera opinião”. Essa parte da formação gerou grande interação, por apresentar várias ações para inserção e valorização da população negra na educação regular que os técnicos administrativos poderiam executar, respaldados nas legislações apresentadas, incluindo documentos e protocolos já existentes na instituição mas não apropriados pelos sujeitos de pesquisa por nós inquiridos. A FIG.7 registra um momento dessa parte da formação:

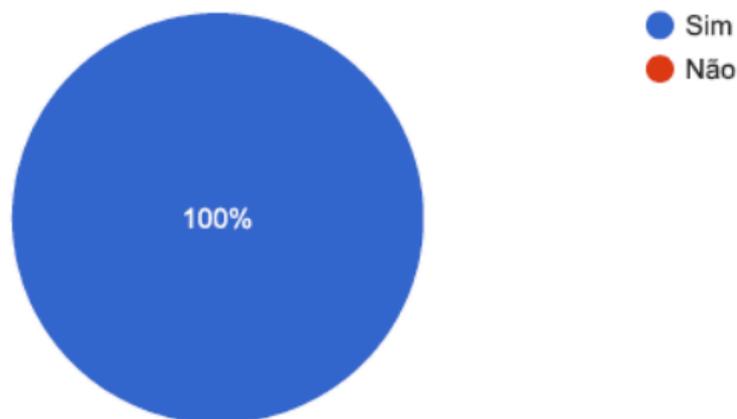
Ao final do Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar*, foi enviado, para os participantes que o concluíram, um *link* do *Google forms* com um breve questionário cujo objetivo era de avaliar a efetividade do minicurso como produto educacional. Dos 14 concluintes presentes no segundo dia do evento, 11 responderam ao questionário. O GRAF. 1, a seguir, apresenta a avaliação dos cursistas sobre a relevância das temáticas tratadas no minicurso.

Figura 7–Exposição “Marcos legais e institucionais que regulam as relações étnico-raciais na escola regular”



Fonte: Arquivo pessoal dos autores. (2022)

Gráfico 1 - Avaliação dos cursistas sobre a relevância das temáticas discutidas no Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar*

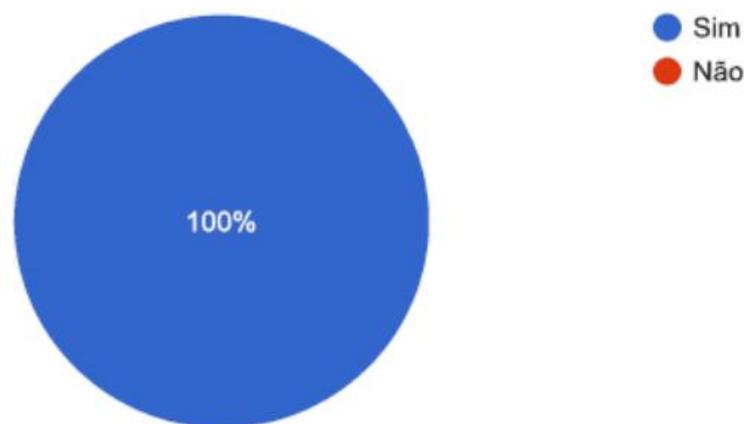


Fonte – Elaborado pelos autores. (2022)

Como podemos notar, todos os respondentes consideraram que as temáticas discutidas no minicurso eram relevantes. Trata-se de um resultado que demonstra o quão importante foi a realização da pesquisa de campo para o processo de seleção dos assuntos a serem abordados quando da execução do produto educacional. Assim, entendemos que – sem as etapas de criação do instrumento de coleta de dados junto aos sujeitos, compilação de resultados, categorização e análise em diálogo com a bibliografia – não teríamos obtido uma percepção temática tão apurada como foi na seleção dos assuntos tratados no minicurso. Tem-se, com isso, um dado que confirma as etapas indicadas por Kaplún (2003) como essenciais para o sucesso de um PE, das quais tratamos há poucas páginas.

Em relação aos conhecimentos adquiridos e sua aplicabilidade na rotina dos seus trabalhos, obtivemos as repostas conforme apresenta o GRAF.2.

Gráfico 2 - Os conhecimentos adquiridos no minicurso são aplicáveis na sua rotina de trabalho?



Fonte: Elaborado pelos autores. (2022)

Esse retorno dos sujeitos de pesquisa concluintes do minicurso aponta não só para a pertinência do que Kaplún (2003) discute acerca da importância de considerar o contexto e os sujeitos público-alvo quando da elaboração do produto educacional, como também dá margem para afirmarmos que essa prática deve ser incorporada pelas instituições quando da elaboração de momentos de formação continuada para profissionais da educação em exercício, de forma a tornar essas formações mais aplicadas ao cotidiano das intervenções feitas pelos técnicos administrativos. Cabe ressaltar aqui o quanto os/as participantes reconheceram o desconhecimento de temas que, caso dominassem, poderiam redirecionar a natureza dos encaminhamentos que realizavam no âmbito da inserção e valorização da pessoa negra no espaço da EBTT.

Em relação ao formato da aplicação do Minicurso, 100% dos respondentes consideraram a realização da intervenção educativa adequada, mesmo indicando, como veremos a seguir, sugestões para melhoria do desenho final da formação com vistas a sua multiplicação em outros contextos e instituições. Tal dado nos remeteu à importância de se pensar um produto educacional que considere as condições contextuais e temporais em que ele estiver sendo executado, além de ponderar sobre como o formato e a duração da intervenção contribuem, como argumentado por Lenoir (2022) e Santos (2022), para uma maior eficiência no alcance dos interesses finais da formação, principalmente quando ela é feita em serviço.

Ao final do questionário, havia um espaço para que os participantes deixassem suas sugestões e/ou comentários sobre a experiência de formação por meio do minicurso que oferecemos. As respostas apresentadas encontram-se no Quadro 1.

A partir das respostas apresentadas, verifica-se que o objetivo do minicurso foi alcançado, ou seja, os participantes não só aderiram ao propósito do PE de refletir criticamente sobre a temática da inserção e da valorização da pessoa negra no âmbito das escolas de EPT e do País, como também indicaram reconhecer como legítimas as ações que geraram o subtítulo do minicurso: compreender para atuar.

**QUADRO 1 - Respostas ao questionário de avaliação do Minicurso *Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a População Negra na EPT: compreender para atuar***

---

A sugestão é que seja revista a duração do minicurso, ampliando-a um pouco mais. Isso permitirá que as exposições e discussões não ocorram de forma corrida e proporcionará maior exploração do rico material de apoio que foi produzido.

---

Seu trabalho foi esclarecedor, e me fez entender a urgência de promover ações diversas, no meu setor de atuação, que visem a disseminação do conhecimento, da informação para o conhecimento e reconhecimento dos alunos enquanto seres sociais.

---

Os temas abordados e discutidos retrataram com precisão a realidade, proporcionaram muita reflexão e apontaram muitas perspectivas que irão auxiliar as atividades desempenhadas pelos profissionais da EPT. Foi muito relevante.

---

No meu ponto de vista, o curso foi muito bem-organizado quanto ao tempo e ao formato. A escolha dos palestrantes/especialistas no assunto foi extremamente acertada, pois se trata de profissionais atuantes no espaço escolar, com lugar de fala e sem receios ou hipocrisias de mostrar a realidade do racismo nas escolas, seja de uma escola pública municipal da periferia de Divinópolis, seja de uma escola da rede federal como o CEFET-MG. O produto da dissertação oferece uma gama incontável de aplicações para a formação dos profissionais da educação do CEFET-MG e em nível de extensão comunitária. O material de apoio igualmente é de muita qualidade e aplicabilidade para a prática profissional dos agentes educativos. Agradeço o convite para participar do curso e parabeno à mestrandia pelo trabalho.

---

As realidades apresentadas no minicurso ampliaram meu olhar para a comunidade à qual sirvo no CEFET. Espero que Nossa instituição - a começar por mim - esteja sempre atenta a todos os que nos procuram, em especial estes que vem "dos cantos da cidade". Que deixemos bem claro que eles podem e devem ocupar esses espaços.

---

Excelente debate para compreendermos e compartilharmos a temática.

---

Parabeno a todos por tudo: escolha da temática, construção dos materiais de divulgação e de apoio, seleção dos participantes, realização do curso. Agradeço pela gentileza do compartilhamento. Divulguem amplamente este rico material.

---

Minicurso muito bem-produzido e conduzido. Gostei muito do material disponibilizado e dos relatos das experiências dos convidados. Sugiro a realização do evento no formato presencial, assim que possível. Parabéns!

---

Este curso deve ser levado para outras instituições de ensino, pois abre caminhos para reflexões e diálogos necessários à educação inclusiva. Acredito que toda transformação começa dentro de cada um de nós, e este curso oportuniza uma ampliação e mudança de olhar em relação ao conhecimento das políticas de afirmação. Parabéns e muito obrigada!

---

Esse trabalho foi de suma relevância para promover uma reflexão acerca de questões ligadas à temática étnico racial. Parabéns pelo trabalho!

---

Fonte: Elaborado pelos autores. (2022)

Nestes termos, as falas acima apresentadas apontam que os técnicos administrativos, ao contrário do que podem pensar algumas visões mais afoitas ou enviesadas, estão abertos para uma reflexão referente à inclusão, reconhecendo que discussões como as que aconteceram podem ser elucidativas e contribuir para a prática dos seus trabalhos.

Diante da análise do questionário, pode ser observado que os sujeitos de pesquisa reconheceram a existência de demanda de extensão/ampliação do trabalho por nós realizado, indicando a necessidade de replicar o nosso produto educacional e abrindo caminho para uma educação continuada, o que pode proporcionar a aquisição de mais conhecimento por esses

agentes educacionais que ainda se encontram alijados da condição de protagonistas na construção de uma escola de EPT mais democrática e, portanto, de fato inclusiva,

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ganhou força, no Brasil recente, mesmo que com os costumeiros solavancos e retrocessos, um movimento que vem buscando alternativas para inserção, no sistema formal de ensino, de pessoas antes excluídas dele.

Nesse contexto, a inserção e valorização da população negra no ambiente escolar por meio de políticas públicas de ações afirmativas vem claramente se fortalecendo no país, não sem discordâncias ou controvérsias, como era de se esperar de uma nação que, desde a sua origem, apresentou dificuldades para lidar com os povos trazidos forçosamente do continente africano, assim como com toda a sua descendência.

Uma educação para diversidade que se queira consolidada gera uma série de demandas institucionais, pois implica, para além dos já conhecidos desafios fora dos ambientes formais de educação, também em alterações nos cenários e contextos internos. Daí resulta a necessidade de mudanças que vão desde a ressignificação do imaginário social acerca do público-alvo contemplado pelas políticas de inserção e valorização, até alteração de protocolos, abordagens, atendimentos. Foi esse entendimento, como afirmamos nas primeiras páginas deste artigo, que nos levaram à problematização de que tratou a investigação que deu origem a este trabalho, quando nossa pesquisa acerca do estado do conhecimento sobre o nosso foco de pesquisa indicou que os estudos que se voltavam para a discussão sobre a inserção e a valorização da pessoa negra no ambiente formal da educação técnica e tecnológica sempre se voltavam para o que acontecia na sala de aula e/ou nos eventos escolares, sempre negligenciando o potencial da atuação e intervenção dos técnicos administrativos que atuam em número considerável nas escolas da EBTT deste país para a configuração de mudanças nos cenários escolares cristalizados.

Com o detalhamento da implementação do minicurso como o Produto Educacional e as consequentes reflexões de que trataram este artigo, o presente trabalho buscou dar visibilidade para a potência que existe na proposta de estimular, por meio da formação continuada de qualidade, que as atuações e intervenções dos Técnicos Administrativos em Educação tenham protagonismo no projeto de construção de uma sociedade brasileira mais justa, democrática e inclusiva. Isso, pelo que sugerem os dados de que tratamos nessa reflexão, é algo possível.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, H.K. **Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira**. Revista do serviço público. Brasília. P. 549-563. Out/Dez. 2006.

Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1422/1/2006%20Vol.57%2cn.4%20Kerr.pdf>.

Acesso em: 23 jul 2020.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. **CP nº 003/2004**. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso: 10 ago 2020.

CARDOSO, Vinícius C.; MORETO, D. S. & S., OLIVEIRA, L. R.. **Mapeamento de conhecimentos através de uma abordagem por processos como alternativa para a formulação de programas de capacitação**. Encontro Nacional de Engenharia de Produção,

Anais...2001. Disponível em:

[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2001\\_tr94\\_0781.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2001_tr94_0781.pdf). Acesso em: 22 jul 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. Barueri / SP: Editora Manole, 2014

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 –Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 08 ago 2020.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Política de Capacitação do Servidor Público: uma alternativa metodológica à doutrina neoliberal**. Rede Escola de Governo, Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos, Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/conteudo/1568>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GASTALDO, Luís Fernando e ARENHART, Livio. **O começo de uma história e suas razões: a gênese de uma proposta interinstitucional de formação continuada de professores no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. In: GASTALDO, Luis Fernando; ARENHART, Livio Osvaldo; ANGST, Francisco (Org.). Formação Continuada Macromissionária. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2340>. Acesso: 29 jul 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, Educação e descolonização dos currículos**. Revista Currículo sem Fronteiras. Minas Gerais, n.1, pp. 98-109, Jan/ Abr 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%A0culo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>. Acesso em: 14 abr 2020.

KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, 271, 2003, p.46-60.

LAUREANO, R.J. **Desafios da gestão por meio das ações de capacitação na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101047>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LEITE, P. S. C. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. Atas CIAIQ 2018 - Investigação qualitativa em educação, 1, 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 09 nov. 2020.

LENOIR, Yves; PEIXOTO, Joana; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. **A Intervenção Educativa, um Construto Teórico para Analisar as Práticas de Ensino**. Revista Educativa - Revista de Educação, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 9 a 38, ago. 2011. ISSN 1983-7771. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1614/1016>. Acesso em: 22 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v14i1.1614>.

MARTINS, Aline Blaya. **Nota em defesa das Políticas Afirmativas na Pós-Graduação.** 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/lappacs/2020/06/19/notappgcol/>. Acesso em: 07 out. 2021

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. da G. S. B. **A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível.** INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 5, n. 15, p. 24–35, 2015. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em: 1 dez. 2021.

SANTOS, Rodrigo Alves dos. Contexto da pandemia de COVID-19 e seu potencial legado para a relação educação/tecnologia: entre constatações e provocações. In. COSTA, Maria Adélia da (org.). **Aprendizagem na educação profissional mediada pelas tecnologias.** Goiânia: Editora Performance, 2022. p. 250-277.

SANTOS, Rodrigo Alves; DA SILVA, Marciana Liberata; GIAROLA, Flávio Raimundo. O papel dos técnicos administrativos da EPT na consolidação escolar das relações étnico-raciais. Revista dos Mestrados Profissionais. ISSN, v. 2317, p. 0115, 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-racial no Brasil.** Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>. Acesso em: 12 dez 2019.

SCHIKMANN, Rosane. **Gestão estratégica de pessoas: bases para a concepção do curso de especialização em gestão de pessoas no serviço público.** In: CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; PANTOJA, Maria Júlia & BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/514>. Acesso: 23 jul. 2020.

SILVA, M.L.; DANTAS, L.M.V; ARAÚJO, E. T. **Perfil de competência dos servidores técnico administrativos de um jovem universidade: novos perfis em uma tradicional burocracia.** Interfaces Científicas - Direito • Aracaju • V.6 • N.3 • p. 103 - 118 • Junho – 2018. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/viewFile/5870/2911>. Acesso em: 22 jul. 2020.